**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 15/2018

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Edital | Alteração | 1.3 | Para os blocos em que a Petrobras exerceu seu direito de preferência em atuar como operadora e o excedente em óleo para a União da oferta vencedora for superior ao mínimo estabelecido no edital, a Petrobras deverá, na sessão pública de apresentação de ofertas, manifestar seu interesse em compor o consórcio que assinará o contrato, sendo certo que a Petrobras, caso decida compor o consórcio que assinará o contrato, deverá aderir à proposta vencedora e aos termos e condições dos documentos particulares firmados entre os membros do consórcio vencedor e que regem sua participação na licitação e nas futuras operações sob o contrato, conforme aplicável. O disposto neste parágrafo não se aplica caso a Petrobras seja a licitante vencedora, isoladamente ou em consórcio. | Conforme prática internacional e brasileira, todos os consorciados, para fins de participação na licitação, terão firmado acordos, como *Joint Bidding Agreements*, para reger seus direitos e obrigações relacionados aos certamente, e que estabelecem também princípios para o futuro acordo de operações conjuntas, conforme aplicável. Dessa forma, o propósito dessa alteração é deixar claro que a Petrobras deverá respeitar tais acordos firmados pelo consorciados vencedores, não podendo prejudicar os direitos e obrigações acordados anteriormente à entrada da Petrobras no consórcio vencedor. O consórcio vencedor não pode ser prejudicado pelo exercício desse direito legal da Petrobras, que é extraordinário e sem precedentes na prática mundial. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 1.2.(25) | Força Maior: “Caso Fortuito” ou “Força Maior” conforme definido no Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e causas similares que prejudiquem a execução, como o fato da administração, o fato do príncipe e as interferências imprevistas. | O Contrato deve ser consistente com o conceito de Força Maior do Código Civil Brasileiro e é importante definir o termo para fins de clareza. O termo iniciado por letra maiúscula deve ser utilizado ao longo do Contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 1.2(.39) | Ponto de Medição: para Petróleo e Gás Natural, o ponto de transferência de custódia onde o Petróleo e o Gás Natural são medidos para determinação de Royalties e alocação dos volumes de Petróleo e Gás Natural a serem entregues para as Partes, e onde a propriedade e o risco de perda do Petróleo e Gás Natural são transferidos para a Parte que fizer o levantamento, cuja localização é especificada no Plano de Desenvolvimento aprovado. Para fins da legislação, o mesmo Ponto de Entrega será considerado tanto como o Ponto de Medição e como o Ponto de Partilha de Produção, conforme definidos na Lei nº 12.351/2010. | A sugestão torna o ponto de medição e ponto de partilha de produção consistentes com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e com outros Contratos de Partilha utilizados globalmente. A nova definição deverá ser replicada ao longo do Contrato. |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.42 | Programa de Desativação das Instalações: o plano para cada Área de Desenvolvimento para o abandono de estruturas, construções, dutos, poços, ou outras instalações de produção construídas e/ou operadas pelo Contratado dentro de tal Área de Desenvolvimento, conforme detalhado na Cláusula 14.5. | As alterações fazem com que o programa de desativação seja consistente com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. |
| Minuta do contrato | Alteração | 2.4 | O Contratado é integral, solidária e objetivamente responsável pelas perdas e danos causados, direta ou indiretamente, à Contratante, à ANP ou à Gestora em virtude da execução das Operações. | A responsabilidade solidária e objetiva deve ser limitada somente aos casos previstos em lei. O Contrato de Partilha não pode impor responsabilidade solidária e objetiva se a lei assim não a determina, principalmente porque isso cria um excessivo ônus para os potenciais licitantes e poderá afetar participação nas Rodadas.  Além disso, os Contratados não podem assumir responsabilidade solidária perante terceiros. Isto é inconsistente com as práticas internacionais e esse dispositivo não pode criar relação contratual onde essa não existe.  A legislação brasileira não determina expressamente responsabilidade solidária perante terceiros, a não ser na única e exclusiva hipótese de a Petrobras ser Operadora, de acordo com o artigo 20, §3º, da Lei do Pré-Sal. De acordo com os princípios da lei brasileira, a responsabilidade solidária não pode estar implícita. Como nenhuma outra previsão legal relacionada à indústria do petróleo cria obrigação solidária com relação a terceiros de forma cogente, o Contrato de Partilha não deve fazer isto.  Finalmente, incluímos linguagem mais clara com relação ao Contratado arcar com o risco operacional de acordo com o Contrato. |
| Minuta do contrato | Alteração | 2.4.1 | O Contratado deverá ressarcir a Contratante, a ANP ou a Gestora por todo e qualquer prejuízo decorrente de ação, recurso, demanda ou impugnação judicial, sentença arbitral, auditoria, inspeção, investigação ou controvérsia de qualquer espécie, bem como por quaisquer indenizações, compensações, punições, multas ou penalidades de qualquer natureza, propostas por terceiros, relacionados à execução do Contrato. | Indenizações a terceiros devem resultar de contrato ou da lei. Não é razoável que o PSC imponha indenização a terceiros. As disposições contratuais relacionadas à indenização tem o objetivo de alocar responsabilidades entre as partes de um contrato e não criar direitos de terceiros. Recomendamos fortemente que esta cláusula seja revisada em conformidade. |
| Minuta do contrato | Alteração | 2.5 | O Contratado suportará todos os prejuízos em que venha a incorrer, inclusive aqueles resultantes de caso fortuito ou de força maior, bem como de acidentes ou de eventos da natureza que afetem a Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural na Área do Contrato. Tais perdas devem ser consideradas como despesas relacionadas às atividades, nos termos deste Contrato. | Tais perdas, incluindo aquelas resultantes de caso fortuito ou força maior, devem ser consideradas como despesas para fins deste Contrato, inclusive para recuperação dos custos. Esta é a prática internacional. |
| Minuta do contrato | Alteração | 2.7 | A Contratante, a Gestora e a ANP não assumirão quaisquer riscos ou perdas operacionais, nem tampouco arcarão com os custos e investimentos relacionados com a execução das Operações e suas consequências, ressalvados os casos de violação deste Contrato ou de qualquer outro acordo do qual sejam Partes e, em relação à Contratante, a hipótese prevista no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 12.351/2010. | Veja nosso comentário ao 2.4 acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | 5.2 | Serão recuperados como Custo em Óleo, segundo a metodologia e procedimentos estabelecidos no Anexo VII, os gastos que tenham sido:   1. previamente aprovados pelo Comitê Operacional, ou cuja aprovação seja dispensada por este Contrato; e 2. reconhecidos pela Gestora, cujo reconhecimento não poderá ser negado caso as despesas sejam consistentes com o Programa de Trabalho e Orçamento aprovado. | As mudanças proporcionam maior clareza com relação ao procedimento de recuperação de custo e dão conforto às Contratadas acerca dos padrões a serem adotados pela Gestão para o reconhecimento/revisão de despesas. |
| Minuta do contrato | Alteração | 5.4.2 | Os gastos reconhecidos como Custo em Óleo serão anualmente atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice mutuamente acordado entre as Partes, e que melhor reflita os gastos do setor, sendo vedada a remuneração de capital | A previsão objetiva dar maior clareza ao processo de recuperação de custos. |
| Minuta do contrato | Alteração | 5.5 | Sujeito ao mecanismo de resolução de disputas do Artigo 36, a gestão do processo de apuração, reconhecimento e recuperação do Custo em Óleo será de competência exclusiva da Gestora, que administrará, inclusive, a conta Custo em Óleo. | A previsão pretende dar maior conforto aos investidores garantindo que quaisquer possíveis disputas sejam arbitráveis e sujeitas a uma decisão independente. Apesar de já existir previsão nesse sentido na cláusula de Arbitragem, os investidores buscam clareza e segurança jurídica, não havendo qualquer prejuízo ao MME, ANP ou à PPSA com aceitação dessa mudança. |
| Minuta do contrato | Alteração | 10.9 | A inexecução integral do Programa Exploratório Mínimo implica a extinção de pleno direito do Contrato, sendo certo que, no caso de inexecução parcial, ao invés da rescisão, a Contratante deverá executar a cláusula penal compensatória prevista na Cláusula Décima Primeira, não sendo aplicáveis quaisquer outras penalidades em razão da referida inexecução. | O inexecução parcial do Programa Exploratório Mínimo não deve resultar em extinção do Contrato, e este tem sido o posicionamento e prática da ANP. O remédio adequado é a execução da garantia financeira.  A extinção do Contrato devido ao não cumprimento parcial ou não substancial do Programa Exploratório Mínimo não é razoável e pode ser vista como uma forma de expropriação indireta de direitos contratuais dos investidores. |
| Minuta do contrato | Alteração | 13.9.1 | Caso decida apresentar Declaração de Comercialidade, o Consorciado deverá submeter uma versão inicial do Plano de Desenvolvimento à aprovação da ANP no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da referida notificação, não se aplicando o disposto no parágrafo 15.1. | A experiência da indústria mostra que o período de 180 dias é muito curto para elaborar um plano de desenvolvimento sólido para atender aos requisitos necessários. Se o Contratado tiver mais tempo para redigir o plano de desenvolvimento, provavelmente evitará discussões desnecessárias e consumo de tempo e recursos (isso pode acontecer, por exemplo, se o Contratado tiver que entregar um plano preliminar apenas para cumprir o prazo). |
| Minuta do contrato | Alteração | 14.5 | Os Consorciados deverão submeter à ANP um Programa de Desativação das Instalações em conformidade com a Legislação Aplicável e as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. O Programa de Desativação das Instalações deverá incluir.  a) informação sobre qualquer instalação de produção (estruturas, construções, poços, etc.) sujeita a abandono e sua localização;  (b) o projeto técnico para o abandono, listando todas as obras necessárias e as despesas exigidas e estabelecendo o procedimento e cronograma para realizar tais trabalhos, em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo; e  (c) data estimada para o descomissionamento e estimativas de custo para os trabalhos necessários para o abandono e desativação. Anualmente, o Contratado deve examinar os custos estimados das operações de desativação e, se for o caso, propor uma revisão para aprovação da ANP,  E deverá estabelecer, em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, medidas para garantir:  (a) a remoção segura de plataformas e quaisquer estruturas permanentes, se necessário, para garantir navegação segura, prestando devido cuidado ao meio ambiente;  (b) a remoção de todas as substâncias perigosas de dutos, instalações de armazenamento e outras estruturas similares de forma que limite o risco de tal substância perigosa afetar a atmosfera, o solo ou o ambiente marinho; e  (c) a remediação de qualquer poluição ambiental causada por qualquer trabalho de abandono ou desativação. | De acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e para garantir fundos disponíveis suficientes para a desativação, o Programa de Desativação de Instalações deve ser preparado bem antes do início antecipado das atividades de desativação com atualizações regulares fornecidas posteriormente.  As mudanças também fornecem mecanismos para que a ANP/Governo brasileiro continue as operações ao invés da desativação pelo Contratado. |
| Minuta do contrato | Inclusão | (14.7) | Na conclusão ou término das Operações dentro da Área do Contrato, o Operador deverá enviar notificação por escrito à ANP informando que o Contratado concluiu as Operações dentro da Área do Contrato. Mediante o recebimento de tal notificação do Operador, a ANP poderá, a seu critério, receber as instalações na Área do Contrato por sua conta. A ANP deverá notificar o Operador por escrito sobre sua decisão em 180 (cento e oitenta) dias após receber a notificação do Operador mencionada acima. Se a ANP decidir receber as instalações localizadas na Área do Contrato, o Contratado deverá transferir todos os direitos remanescentes e propriedade de todos os bens dentro da Área do Contrato em sua condição então existente, sem nenhuma garantia de qualquer tipo, e a ANP será exclusivamente responsável por tais instalações, incluindo seu abandono e descarte final. Caso a ANP decida não receber quaisquer de tais instalações, o Contratado será responsável pela desativação e abandono de tais instalações e o Operador deverá proceder com a execução do Programa de Desativação das Instalações com relação a tais instalações. | Se a ANP decidir receber instalações, deverá fazer por sua conta e risco. A partir desse momento, a responsabilidade do Contratado deve cessar, não podendo mais ser responsável pelas condições das instalações ou pelas operações das mesmas. |
| Minuta do contrato | Alteração | 14.9 | Sujeito ao disposto na Cláusula 14.5, caso o Programa de Desativação das Instalações indique perspectiva de Produção adicional após o término da vigência do Contrato, a Contratante, ouvida a ANP, poderá determinar ações para garantir a continuidade das Operações de Produção | De acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e para garantir fundos disponíveis suficientes para a desativação, o Programa de Desativação de Instalações deve ser preparado bem antes do início antecipado das atividades de desativação com atualizações regulares fornecidas posteriormente.  As mudanças também fornecem mecanismos para que a ANP/Governo brasileiro continue as operações ao invés da desativação pelo Contratado. |
| Minuta do contrato | Alteração | 14.9.1 | Neste caso, o Operador deverá propor ao Comitê Operacional um plano de continuidade operacional, que poderá contemplar:   1. a cessão de contratos com fornecedores do Consórcio; 2. a possibilidade de aquisição de bens cuja vida útil se estenda após a vigência do Contrato. | Favor considerar nosso comentário acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.1 | Os Consorciados deverão apresentar o Plano de Desenvolvimento à ANP no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados do recebimento da comunicação de aprovação do Relatório Final de Avaliação de Descoberta. | A experiência da indústria mostra que um período de 180 dias é muito exíguo para elaborar e entregar um plano de desenvolvimento sólido para cumprir com os requisitos necessários. Caso seja concedido mais tempo ao Contratado para elaborar tal plano, poderiam ser evitadas possíveis discussões que viriam a desperdiçar tempo e recursos, por exemplo, caso o Contratado tenha que entregar um plano preliminar apenas para cumprir o prazo contratual. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.10 | A ANP somente poderá rejeitar o Plano de Desenvolvimento caso esse não cumpra com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. Término por não aprovação somente poderá acontecer se confirmado por decisão de um tribunal arbitral no âmbito da Cláusula 36. | O objetivo desta alteração é dar clareza com relação aos fundamentos nos quais a ANP pode negar a aprovação do Plano de Desenvolvimento. A extinção por não aprovação deve ocorrer apenas após o tribunal arbitral confirmar que a não aprovação foi justificada.  Apesar desse evento já estar coberto pela cláusula de Arbitragem, os investidores buscam clareza e segurança contratual e jurídica por parte da ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | 16.1 | A Data de Início da Produção do Campo deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis a critério da Contratante, ouvida a ANP, contados da data de aprovação do Plano de Desenvolvimento. | Considerando que o Plano de Desenvolvimento será elaborado e submetido para a aprovação após a declaração de comercialidade, o prazo de 5 (cinco) anos após a declaração de comercialidade para iniciar a produção pode ser muito curto.  Caso contrário, possíveis discussões com relação ao Plano de Desenvolvimento podem consumir parte do tempo necessário para o Contratado começar a produzir.  Ademais, o Contratado precisa ter a certeza de que a ANP aprovou o Plano de Desenvolvimento para que possa começar a fazer investimentos de capital no projeto. |
| Minuta do contrato | Inclusão | (17.7.5) | A restrição à livre disposição da parcela dos hidrocarbonetos do Contrato somente será aplicável caso o excedente em óleo da União não seja suficiente para remediar a situação emergencial. | No regime de PSC, excedente em óleo da União deveria ser o primeiro a atender a situações de emergência, tendo em vista os deveres Constitucionais da União e o fato de não ter investido no projeto e não ter assumido quaisquer riscos. |
| Minuta do contrato | Alteração | 20.4 | Os Consorciados deverão permitir livre acesso às autoridades que tenham competência sobre quaisquer de suas atividades. Tais autoridades deverão assegurar que seu pessoal cumpra as políticas de segurança do Contratante | Esta inclusão visa a prevenir acidentes e outros incidentes que possam ocorrer devido ao não cumprimento dos requisitos de políticas de segurança. |
| Minuta do contrato | Inclusão | (23.10.1) | Caso a Contratante decida receber tais bens localizados na Área do Contrato, o Contratado deve transferir todos os direitos e títulos remanescentes referentes a eles, em suas condições atuais, sem nenhuma garantia de qualquer tipo, e a Contratante deverá ser exclusivamente responsável por tais bens, inclusive por sua desativação e disposição final. | O objetivo desta inclusão é dar maior segurança com relação à alocação de responsabilidades sobre as instalações, bens e ativos que venham a ser transferidos, conforme requerido pela Contratante, em vez de serem desativados pelo Contratado.  Caso contrário, embora as instalações, bens e ativos fossem retidos pela Contratante, a parte que está saindo da área permaneceria (indefinitivamente) com a reponsabilidade por ativos que não são mais operados por ela, causando riscos injustificados e possíveis perdas.  Nesses casos, em linha com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, o Operador pode preferir desativar e abandonar os bens do que os transferir e permanecer com a responsabilidade por eles. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 23.10.2 |  | Isto é impraticável. No caso de o Contratado ser obrigado a incluir tal previsão nos contratos aplicáveis, isto prejudicaria demasiadamente o financiamento de tais bens pelos contratados e sua avaliação de risco. Na remota hipótese de tais inclusões serem aceitas pelos seus contratados e respectivos bancos, isto resultaria indubitavelmente em um impacto no preço – seja ele recuperável no Custo em Óleo ou não. |
| Minuta do contrato | Alteração | 24.8 | Os Contratados responderão, integral e objetivamente, pelas atividades de seus subcontratados que resultarem, direta ou indiretamente, em danos ou prejuízos ao meio ambiente. | Esta exclusão visa a esclarecer que a responsabilidade objetiva se limita aos casos estabelecidos por lei (apenas para fins ambientais, mas não por danos ou prejuízos à Contratante, Gestora ou à ANP, cuja responsabilidade é subjetiva por lei). O PSC não pode impor responsabilidade objetiva se a lei assim não exigir. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.8.2 | A ANP definirá um Programa Exploratório Mínimo para cada uma das áreas resultantes da divisão. A soma dos Programas Exploratórios Mínimos resultantes não deverá ser superior ao Programa Exploratório Mínimo original. | Entendemos que a soma dos Programas Exploratórios Mínimos das áreas divididas não pode ser inferior ao compromisso original assumido pelo Contratado. No entanto, não há exigência de que seja maior do que esse requisito original. |
| Minuta do contrato | Alteração | 32.1 | Este Contrato será rescindido:   1. pelo decurso do prazo de vigência previsto na Cláusula 4.1; 2. pelo término da Fase de Exploração sem qualquer cumprimento do Programa Exploratório Mínimo; 3. ao término da Fase de Exploração caso não tenha ocorrida qualquer Descoberta Comercial; 4. caso o Contratado devolva integralmente a Área do Contrato; 5. caso o Contratado exerça seu direito de desistência durante a Fase de Exploração; 6. pela não entrega do Plano de Desenvolvimento no prazo fixado pela ANP; 7. pela não aprovação do Plano de Desenvolvimento pela ANP previsto na Cláusula Décima Quinta; 8. total ou parcialmente, pela recusa dos Consorciados em firmar o acordo de Individualização da Produção, após decisão da ANP 9. pela decretação de falência ou a não aprovação de requerimento de recuperação judicial de qualquer Contratado por parte do juízo competente, ressalvado o disposto no parágrafo 32.4.2. | O Contrato não deve nunca ser extinto de pleno direito. Por força de lei, o Contratado deve ter a oportunidade de defender-se perante o MME/ ANP no âmbito de um processo administrativo. E essa tem sido a prática adotada pela ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | 32.4 | Este Contrato poderá ser resolvido nos seguintes casos:   1. descumprimento, pelos Consorciados, das obrigações contratuais substanciais, a menos que se enquadrem nas disposições da Cláusula 32.1; 2. recuperação judicial ou extrajudicial por um membro do Contratado, sem a apresentação de um plano de recuperação aprovado e capaz de demonstrar à ANP capacidade econômica e financeira para integral cumprimento de todas as obrigações contratuais e regulatórias. | A hipótese descrita na letra (a), que poderá resultar no término do Contrato, é muito ampla. A inclusão tem por objetivo esclarecer que apenas o descumprimento de obrigação contratual substancial poderá resultar no término do Contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | (32.5) | A Contratante não poderá exercer qualquer direito de rescindir o presente Contrato caso a matéria tenha sido submetida à arbitragem nos termos da Cláusula 36, até o momento em que a arbitragem for concluída. | A cláusula proposta garante ao Contratado direito à ampla defesa e ao contraditório na eventualidade de resolução contratual. Além de conceder segurança jurídica ao investidor, considerando que tal previsão não é contrária a qualquer outra do Contrato de Partilha e está de acordo com a Constituição Federal, não há prejuízos em incluí-la no Contrato de Partilha.  Adicionalmente, a resolução contratual precisa estar sujeita a um procedimento imparcial e transparente. Esta proposta também busca garantir transparência e imparcialidade em um evento de término. |
| Minuta do contrato | Alteração | 32.5 | Em qualquer das hipóteses de extinção previstas neste Contrato ou na Legislação Aplicável, os Contratados não terão direito a quaisquer ressarcimentos, a menos que seja decidido de outra forma pode meio de arbitragem nos termos da Cláusula 36. | Favor considerar a justificativa utilizada para a alteração da Cláusula 32.5 acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | 32.6 | Resolvido este Contrato, os Contratados responderão pelas perdas e danos decorrentes de seu inadimplemento e da resolução, resultante do inadimplemento, arcando com todas as indenizações e compensações cabíveis, na forma da lei e deste instrumento | Favor considerar a justificativa utilizada para a alteração da Cláusula 32.5 acima. A rescisão sem culpa não deve resultar em responsabilidade por perdas ou danos. |
| Minuta do contrato | Inclusão | (32.7) | A Contratante não rescindirá este Contrato e deverá propor à ANP a aplicação das sanções indicadas na Cláusula Trigésima Primeira quando:  a) o descumprimento deste Contrato pelos Consorciados não for grave, reiterado e revelador de dolo ou culpa grave contumaz; ou  b) se observar que houve ação diligente no sentido de corrigir o inadimplemento. | Essa previsão existia no modelo de contrato de partilha da 2ª/3ª Rodadas e foi excluída do modelo de contrato de partilha da 5ª Rodada. Entendemos que a sua manutenção é importante. O término contratual deve apenas ser possível por descumprimentos substanciais e repetidos. Esta sugestão está alinhada com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e com a prática internacional. |
| Minuta do contrato | Alteração | 33.1.1 | A exoneração das obrigações dar-se-á exclusivamente com relação às obrigações deste Contrato cujo adimplemento se tornar impossível em virtude da incidência do caso fortuito, da força maior ou de causas similares. | De acordo com a lei aplicável brasileira, o caso fortuito ou eventos de força maior não exigem o "reconhecimento" de tal evento pela outra parte para que tais eventos ocorram. Se a outra parte não concordar com a ocorrência de tal evento, a disputa possível deve ser resolvida de acordo com o Artigo 36.  Entendemos que nossa revisão está perfeitamente em conformidade com as leis aplicáveis do Brasil e os pressupostos do comércio justo. A ANP não possui discrição legal para determinar se ocorreu um evento de força maior, que potencialmente seria contra a lei brasileira. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 33.1.2 |  | Mesma justificativa do item 33.1.1 acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | 33.1.3 | A ocorrência de caso fortuito, força maior ou causas similares não isenta o Contratado do pagamento de Receitas Governamentais, na forma da lei. | Fazemos referência ao comentário à cláusula 33.1.1.  Adicionalmente, incluímos “na forma da lei” para especificar que quaisquer pagamentos deverão incluir apenas o que estiver especificado em lei. Acreditamos que não há prejuízos em aceitar tal alteração, já que está em linha com a legislação aplicável brasileira e concede mais clareza ao investidor. |
| Minuta do contrato | Alteração | 33.8 | O Contratado assumirá, individual e exclusivamente, todas as perdas decorrentes da situação de Força Maior ou causas similares. Tais perdas deverão ser consideradas como despesas relacionadas as atividades sob este Contrato. | Mudança consistente com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e adotada por diversos outros contratos de partilha de produção internacionais. |
| Minuta do contrato | Inclusão | (36.1.2) | No caso de conflito entre os dispositivos deste Contrato e os dispositivos de regulações, resoluções, portarias e outras atos normativos estabelecidos pelo MME ou pela ANP, os dispositivos deste Contrato deverão prevalecer. | Acreditamos que, em eventos de conflito entre resoluções da ANP, portarias, regulações e outros atos normativos, as previsões do Contrato de Partilha deverão prevalecer, considerando os princípios de *pacta sunt servanda* e da segurança jurídica. Esse dispositivo é especialmente importante tendo em vista as alterações nas políticas brasileiras de petróleo e gás a depender de quem estiver no poder.  De outra forma, poderia ser alegado que o contrato está sendo alterado unilateralmente por uma das partes, o que é completamente contrário aos princípios do direito brasileiro, e isso vai além do dever-poder da ANP como reguladora e supervisora do contrato.  Este tipo de previsão é padrão em outros países hospedeiros que possuem um regime contratual de exploração e produção. O contrato sempre deve ser observado e respeitado pelas partes e, principalmente pelo regulador e pela autoridade outorgante dos direitos de E&P. Caso haja alterações regulatórias que possam ser observadas pelo Contratado, o contrato poderá ser aditado de comum acordo. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.2 | As Partes e demais signatários deste Contrato comprometem-se a envidar esforços razoáveis no sentido de resolver entre si, amigavelmente, toda e qualquer disputa ou controvérsia decorrente deste Contrato ou com ele relacionada | A redação original da Cláusula 36.2 poderia ser interpretada como uma forma de impedir que as partes iniciem um procedimento de arbitragem caso elas não alcancem uma solução amigável. Ajustamos a redação de forma a manter a possibilidade de resolver a disputa amigavelmente anteriormente ao procedimento de arbitragem.  Caso uma das partes envolvidas na disputa entenda que não existem condições para conciliação amigável, ela não deveria ser forçada a conciliar. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.2.1 | Tais esforços devem incluir solicitação de uma reunião específica de conciliação pela parte insatisfeita, acompanhada de seu pedido e de suas razões de fato e de direito | Similar à justificativa do item 36.2 acima.  Além disso, queremos esclarecer o processo para uma solução amigável. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 36.2.2 |  | Similar à justificativa do item 36.2 acima. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 36.2.4 | Caso as Partes não sejam capazes de chegar a um acordo no prazo de 30 dias, qualquer das Partes poderá submeter a disputa à arbitragem, nos termos da Cláusula 36.5 | Similar à justificativa do item 36.2 acima.  Além disso, queremos esclarecer o processo para uma solução amigável. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 36.5.a) |  | Esta disposição não é mais necessária tendo em vista as 3 câmaras de arbitragem pré-selecionadas. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5.b) | As Partes escolherão a instituição arbitral de comum acordo. Caso as Partes não cheguem a um acordo quanto à escolha da instituição arbitral, a ANP indicará uma das seguintes instituições: (i) Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional; (ii) Corte Internacional de Arbitragem de Londres; ou (iii) Corte Permanente de Arbitragem de Haia. Se a ANP não fizer a indicação no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação de arbitragem, a outra parte poderá escolher qualquer das três instituições mencionadas nesta alínea. | As mudanças têm por objetivo esclarecer os procedimentos de arbitragem. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5.l) | Havendo necessidade de medidas cautelares ou de urgência antes de instituída a arbitragem, a Parte interessada poderá requerê-las ao árbitro de emergência. | As partes devem ter a opção ou encaminhar a medida cautelar primeiro para a arbitragem de emergência se as regras de arbitragem aplicáveis preverem uma. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII  Item 3.1 | Compõem o Custo em Óleo os gastos realizados pelos Contratados relacionados com as Operações, relativos às atividades de:   1. Exploração e Avaliação; 2. Desenvolvimento; 3. Produção; e 4. Desativação das instalações, incluindo o valor depositado no fundo de provisionamento. | Considerando que diversos dos custos e despesas que são recuperáveis não são incorridas na Área do Contrato (tais como aquelas descritas nos itens 3.2 c, 3.2 g até 3.2 i e 3.2.1), sugerimos a alteração da redação para dar maior clareza ao processo de recuperação de custos. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII  Item 3.8 | Gastos praticados pelo Contratado nas transações com pessoas jurídicas Afiliadas serão recuperáveis como Custo em Óleo, desde que não haja elemento de lucro incluído. | A alteração proposta é consistente com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e contratos de partilha adotados internacionalmente. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII  (Item 3.10) | Desde já não contemplados pela Cláusula 3.9 (l), os valores relativos à tributos, diretos ou indiretos, que venham a incidir diretamente sobre as atividades de Exploração, Avaliação, Desenvolvimento ou Produção conduzidas pelo Operador, incluindo, mas não limitado a, ICMS e ISS, são recuperáveis como Custo em Óleo. | O item 3.9.1 define que impostos sobre a renda e outros tributos incidentes sobre a aquisição, mas que geram créditos para o Contratado não poderão ser recuperados como Custo em Óleo. Portanto, este item pretende clarificar que, *contrario sensu*, certos tributos serão de fato recuperáveis em Custo em Óleo, o que está de acordo com diversos contratos de partilha adotados ao redor do mundo. Ademais, este item protege os investidores de tributos que atualmente não incidem sobre atividades de E&P e que podem impactar profundamente os fundamentos econômicos do projeto. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII  Item 3.9 (a) | Royalties, exceto conforme disposto no item 3.11 deste Anexo VII. | Favor referir-se ao nosso comentário ao novo item 3.11 do Anexo VII acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII  Item 3.9 (j) | Reposição de bens, equipamentos e insumos que forem perdidos, danificados ou inutilizados em virtude de culpa grave, dolo ou violação de lei por parte do Operador, seus prepostos, contratados, Afiliados ou associados e os serviços relacionados. | As mudanças propostas pretendem limitar os cenários àqueles aceitáveis nos termos das Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e contratos de partilha utilizados ao redor do mundo. A redação original é muito ampla e vaga, e tal incerteza jurídica pode desnecessariamente e negativamente impactar a condução das operações. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII  (Item 3.11) | São recuperáveis como Custo em Óleo o valor de Participações Governamentais a serem criadas após a data de assinatura do presente Contrato, ou o aumento do valor a ser recolhido pelos Contratados como Participações Governamentais, tomando como referência a base de cálculo e os percentuais de Participações Governamentais vigentes na data de assinatura do presente Contrato. | Os investidores estarão entrando neste Contrato considerando as Participações Governamentais atualmente em vigor (tanto em termos de base de cálculo, como índices). Esta cláusula pretende proteger os fundamentos econômicos do projeto e o princípio do *pacta sunt servanda*, caso novas Participações Governamentais sejam criadas ou que as bases de cálculos ou índices sejam unilateralmente modificados pelo Governo Federal.  Esse dispositivo é especialmente importante tendo em vista as alterações nas políticas brasileiras de petróleo e gás a depender de quem estiver no poder.  É importante destacar que este assunto está completamente sob a jurisdição e controle do Governo Federal (que também é o próprio Contratante). |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII  Item 4.5.3 | A não concordância da Gestora com os esclarecimentos prestados implicará o estorno dos gastos anteriormente reconhecidos como Custo em Óleo, sem prejuízo aos direitos do Contratado previstos na Cláusula 36. | Considerando que a Gestora terá várias etapas de avaliação e aprovação do Custo em Óleo, esta redação pretende dar mais conforto aos investidores ao garantir que estas possíveis disputas serão sujeitas a uma decisão independente. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 3 | Acordo de Individualização da Produção D2 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 7 | Programa Anual de Produção D2 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 9 | Contabilização dos gastos realizados D2 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 10 | Autorização de Dispêndios D2 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 12 | Criação de Subcomitês D2 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 13 | Elaboração e Alteração do Regimento Interno do Comitê Operacional D2 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 14 | Outros assuntos de sua competência D2 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela - item 16 | Plano de Avaliação de Descoberta e suas revisões D4 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 17 | Plano de Exploração e suas revisões D4 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 1.21  Tabela – item 20 | Solicitação de prorrogação do prazo da Fase de Exploração D4 | O direito de voto da Gestora deve ser limitado às questões relacionadas com a aprovação de orçamento e custo em óleo. Esta sugestão também está de acordo com os contratos de partilha internacionais. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI  Item 2.2 (k) |  | O Operador não pode e não age como mandatário das outras Partes nesse caso. Os Royalties devem ser pagos individualmente por cada uma das partes. Como questão prática, o Operador não paga royalties em nome dos outros Contratados. O regime de responsabilidade solidária perante a ANP já é tratado no corpo do PSC, portanto esta disposição poderia causar ambiguidade na interpretação do contrato. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 2.2 (p) | Realizar a gestão dos projetos de Exploração e Produção relacionados ao Contrato por meio de metodologia consistente com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. | Esta linguagem é extremamente ampla e vaga, à qual o Operador não pode se comprometer. O governo não pode interferir na formar como o Operador gerencia o projeto, a não ser pelas várias obrigações que já estão previstas no contrato e na regulação. Esta disposição não é consistente com qualquer PSC adotado ao redor do mundo. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI  Item 2.7 |  | Qualquer disposição acerca de alocação de responsabilidade entre os Contratados deve ser endereçada em documentos privados específicos (como um JOA), e não devem necessariamente ser incluídos no Contrato de Consórcio. Além disso, a responsabilidade solidária dos Contratados já está determinada no corpo do Contrato de Partilha de Produção. Esta disposição não é consistente com qualquer PSC adotado ao redor do mundo. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 3.21 | **Atividades de Desativação das Instalações**  Até um ano antes do início das atividades de Desativação das Instalações, o Operador deverá apresentar aos demais Consorciados uma proposta de atividades de desativação das instalações, detalhando as Operações a serem realizadas na Área do Contrato, e o orçamento para tais atividades. | As mudanças propostas são consistentes com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e com nossas mudanças propostas para o Programa de Desativação das Instalações. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 3.21.1 | O Comitê Operacional deverá analisar e deliberar sobre a proposta em um prazo de 30 (trinta) dias contados da sua apresentação. | Favor referir-se ao comentário para o item 3.21 do Anexo XI, supra. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 3.22 | As atividades finais de desativação de instalação deverão ser definidas no Programa Anual de Trabalho e Orçamento aplicável e submetidas à ANP para aprovação. | Favor referir-se ao comentário para o item 3.21 do Anexo XI, supra. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  Item 3.28 | |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **Tipo de Operação** | **Procedimento A** | **Procedimento B** | **Procedimento C** | | Exploração e Avaliação | Até US$ 1.5 milhão | Acima de US$ 1.5 milhão e até 10 milhões | Acima de US$ 10 milhões | | Desenvolvimento | Até US$ 3 milhões | Acima de US$ 3 milhões e até 15 milhões | Acima US$ 15 milhões | | Produção | Até US$ 3 milhoes | Acima US$ 3 milhões e até US$ 15 milhões | Acima de US$ 15 milhões | | Os valores previstos no Contrato são muito baixos e não são viáveis para a condução eficiente das operações. Esta disposição não é consistente com qualquer PSC adotado no mundo. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI  (Item 4.2(e)) | Declaração de Comercialidade de Descoberta; e | A inclusão deste tipo de atividade como operação com risco exclusivo é prática comum da indústria e garante que o desenvolvimento da descoberta possa prosseguir mesmo que o quórum mínimo de aprovação no Comitê Operacional não seja atingido. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI  (Item 4.2(f)) | Desenvolvimento de e produção a partir de Descoberta Comercial. | A inclusão deste tipo de atividade como operação com risco exclusivo é prática comum da indústria e garante que o desenvolvimento da descoberta possa prosseguir mesmo que o quórum mínimo de aprovação no Comitê Operacional não seja atingido. |